

Surge nova acusação a deputado

Os auditores do Instituto de Previdência do Congresso (IPC) descobriram mais uma irregularidade cometida no órgão na gestão do deputado Gustavo de Farias: nenhum membro da diretoria e do conselho deliberativo prestou declaração de bens até 60 dias após a posse e 30 antes do término de seus mandatos, como determina o regulamento. O atual presidente do IPC, senador Ruy Bacelar, disse que seu antecessor, Gustavo Faria, terá de explicar o desrespeito à norma (Página 5)